

No senado todo dia é Dia do Índio

Eunício Oliveira deve ser eleito o novo presidente do Senado. Citado em três delações da Lava Jato, ele atende pelo apelido de "Índio" na famosa planilha da Odebrecht. Sua tribo é o PMDB, onde exerce a sugestiva função de tesoureiro.

Filho de um lavrador cearense, Eunício se tornou um prodígio nos negócios. Aos 14 anos, trabalhava no estoque de uma fábrica de biscoitos. Cinco décadas depois, voa num jatinho particular. Seu patrimônio declarado chega a R\$ 99 milhões.

Na origem da fortuna, estão empresas especializadas em vencer licitações. Só na Petrobras, uma firma do senador faturou R\$ 978 milhões. O maior contrato, de "apoio à gestão empresarial", teve o valor reajustado nove vezes. Os repasses do Banco do Brasil, do Banco Central e da Caixa somam mais R\$ 703 milhões.

Genro de Paes de Andrade, um deputado folclórico que chegou a presidir a Câmara, Eunício também se destaca no papel de



Eunício Oliveira (PMDB), novo presidente do Senado citado em três delações da Lava Jato.

sogro. Em 2015, presenteou o marido da filha caçula com uma diretoria da Anac. A associação dos pilotos protestou contra a "nomeação política, baseada na mais asquerosa troca de favores", mas o rapaz continua no cargo. O primeiro delator a acusar o peemedebista foi Delcídio do Amaral. Segundo o ex-senador, Eunício "jogou pesado" para emplacar diretores da ANS e da Anvisa. Ele associou as indicações à cobrança de propina de laboratórios e seguradoras. Nelson Melo, ex-diretor da Hypermercados, disse ter repassado R\$ 5 milhões ao peemedebista por meio de contratos fictícios. Cláudio Melo, ex-diretor da Odebrecht, relatou pagamentos de R\$ 2,1 milhões pela aprovação de uma medida provisória. Apoiado pelo governo Temer, Eunício nega todas as acusações e diz que os colaboradores da Lava Jato "inventam" e "mentem" para incriminá-lo. Enquanto o Supremo não liberar todas as delações, teremos que ficar com a palavra dele. Até lá, todo dia no Senado será Dia do Índio.

Associação dos Produtores Rurais de Marinópolis

A Associação dos Produtores Rurais de Marinópolis – APRUMA, em sua primeira reunião do ano escolheu a nova diretoria para o biênio 2017/2018.

A entidade congrega pequenos e médios produtores

rurais e tem como principal objetivo orientar seus associados e prestar serviços, alguns deles em parceria com o município.

A reunião foi presidida pelo senhor Rubens Marin Toledo

que ficou a frente da APRUMA por dois mandatos.

Após as discussões da pauta os membros presentes aprovaram, por unanimidade, a chapa única assim composta:

Vice Presidente: Raimundo de Souza Junior

Tesoureiro: Valdomiro Tinelli

2º Tesoureiro: Jarbas de Lima Junior

Secretário: João Sergio Ri-

beiro

2º Secretário: Ademir Vian

Foram escolhidos ainda os membros do conselho fiscal, Antonio Carlos Rodrigues, Gilberto Vilar e Valdomiro Bernardes, e seus suplentes, Marcos Rodrigues, Pedro Rosa e José Vilches Fresneda.

Antes de encerrar a reunião, a técnica agrícola Luana Araujo, falou da importância

da agricultura sustentável. Convidou os produtores para eventos sobre orgânicos e destacou a importância de redução do uso de agrotóxicos.

Os eleitos foram empossados e o novo presidente, Gilberto Martins agradeceu a confiança dos associados e pediu a colaboração de todos para ajudar na administração da associação.





Centro de Fisioterapia e Estética
(17) 99729-0285
AULAS DE PILATES

Dr. Valdir do Valle Junior
Fisioterapeuta
Ortopedia - Acupuntura - Fisioterapia - R.F.P.G.

Dalria S. Felício do Valle
Esteticista
Estética facial e corporal

Janaina Volpato
Nutricionista
CRN 30880
(17) 99605-6703

Ludmila Damasceno Colombo
Psicóloga
CRP 06/100982
(17) 99718-6300



NUTRIAGRO
D'OESTE

J. C. MINGATI & MINGATI LTDA.

Defensivos, Fertilizantes e
Produtos Agropecuários em Geral

Tel. (17) 3651-1298 -
Palmeira d'Oeste - SP



Distribuidora de Produtos | Panificação

CarolPan

Vendas no atacado
e varejo. Venha conferir!

Telefone (17) 3651-3347
Av. Inocêncio Figueiredo, nº 53-58 -
Centro - Palmeira d'Oeste



CASA DO LAVRADOR
Agropecuária

Telefones: (17) 3651-1547 e 3651-1186

ARTIGO

A difícil conclusão do Carandiru

Há um quarto de século, a justiça paulista se debate para concluir o processo do chamado "Massacre do Carandiru", o episódio em que a Polícia Militar, seguindo ordens do Judiciário e do Executivo, entrou no presídio rebelado e, mesmo estando no cumprimento do dever legal, os policiais foram duramente acusados pela morte de 111 detentos. O ocorrido serviu para sustentar a campanha dos contumazes e oportunistas inimigos da instituição policial e sustentou a demagogia do próprio governo, que em vez de revitalizar o presídio, optou pela sua demolição, agravando ainda mais a falta de vagas no sistema. Políticos se elegeram e sustentaram suas plataformas de atuação discutindo aquele acontecimento,

que também serviu de argumento para livros filmes e outras obras.

Levados a júri popular, policiais restaram condenados a penas fantasiosas, como a do coronel Ubiratan Guimarães, comandante da tropa, apenado com 623 anos e depois absolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado, em razão do seu foro privilegiado, pois naquela época já era deputado estadual. Os demais integrantes da tropa viveram todos esses anos à espera da decisão judicial. Suas condenações no Juri foram anuladas porque a aplicação da pena não individualizou a participação de cada um, uma tarefa difícil, pois num tumulto como aquele não há como saber quem atirou e, inclusive, determinar categoricamente se

as vítimas ou parte delas pereceram por ação dos rebeldes ou por choque com a força policial.

O dito "massacre" continua gerando discussão entre operadores do Direito, defensores dos direitos humanos e outros interessados no proselitismo, a maioria deles disposta a condenar os policiais. Como o caso foi levado a júri, sempre há o risco da pena ser resultado mais do estado emocional das sessões que da razão contida nos autos. E os profissionais transformados em réus vivem o sobressalto da pendência judicial que, se resultar em condenação elevada, poderá custar o seu emprego ou até sua aposentadoria. E o pior é que do episódio não se procurou tirar nenhuma lição que pudesse

melhorar o sistema penitenciário, hoje conflagrado em todo o país.

O conjunto da obra serviu, apenas, para os estados se tornarem mais cautelosos ao mandar suas tropas invadirem presídios em rebelião. Isso é o que se tem visto Brasil afora. Mas, se por um lado evita o confronto policial, a autoridade estatal deixa de cumprir o seu dever legal de proteção ao encarcerado que, num levante, é feito refém e muitas vezes perde a vida sem que ninguém vá em seu socorro...

Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves -
dirigente da ASPOMIL
(Associação de Assist. Social dos Policiais Militares de São Paulo)

Proposta aumenta pena para casos de estupro coletivo

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5452/16, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que aumenta a pena para o crime de estupro quando ele for cometido por duas ou mais pessoas, o chamado estupro coletivo.

Atualmente, o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) estabelece pena de reclusão de 6 a 10 anos para o crime de estupro. Com a proposta, a pena mínima vai para 8 anos e a máxima para 16 anos e 8 meses quando mais de uma pessoa cometer o crime.

A proposta também aumenta a pena para o estupro de vulnerável, ou seja, pessoa menor de 14 anos. A pena mínima sobe de 8 anos para 10 anos e 8 meses; e a máxima de 15 anos



para 25 anos de reclusão.

O projeto foi aprovado no Senado depois da comoção nacional causada pela divulgação de vídeos do estupro de uma jovem no Rio de Janeiro, em maio de 2015.

TRAUMAS

Segundo Grazziotin, os estupros coletivos são cada vez

mais corriqueiros no Brasil. "Esse tipo de crime causa extrema repugnância, a própria dignidade da mulher é atingida, causando, na maior parte das vezes, traumas irreversíveis", disse.

A senadora amazonense citou casos de 2015. Um ocorrido no Piauí, em que quatro

adolescentes foram vítimas desse crime e uma dela morreu em razão das agressões, e outros três casos no Rio Grande do Norte. "Não se pode mais tolerar tamanha brutalidade. É preciso punir, de maneira diferenciada e exemplar, os responsáveis por esses delitos", afirmou Grazziotin. A transmissão de imagens e vídeos de estupro pela internet também é tipificada como crime punido com dois a cinco anos de prisão, segundo a proposta.

TRAMITAÇÃO

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Integração Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Tiago Miranda - Edição – Sandra Crespo 'Agência Câmara Notícias'

MUNDO JURÍDICO

O governo do Estado protesta dívida de IPVA

governo do Estado de São Paulo vem fechando o cerco contra os devedores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Iniciativa inédita no Brasil, a ordem é protestar as dívidas em massa nos cartórios. Foram protestados milhões em tributos entre 2014 e 2016. A meta da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) é inscrever na dívida ativa o imposto atrasado no mesmo ano em que ele deveria ser pago. Quanto mais recente a dívida protestada, maior a probabilidade de recuperação.

Os primeiros protestos de IPVA são de débitos a partir de 2011. O contribuinte deve ser notificado por carta

sobre a inscrição no cadastro de devedores (Cadin). Depois, a Fazenda Estadual envia a relação de devedores para a PGE, que lança CDA – Certidão de Dívida Ativa para fazer protesto eletronicamente nos tabelionatos.

A primeira tentativa de protestar devedores de IPVA ocorreu em 2002, mas foi abandonada por causa de ações judiciais contestando o procedimento. Na época, o modelo era ainda manual. Hoje, o Estado se vale de uma lei federal publicada em dezembro do ano passado que prevê expressamente o protesto de dívidas ativas de tributos.

O projeto-piloto atual começou em São Bernardo do Campo, no ABC paulista,

em 2011, cidade que também é pioneira na cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) por meio de protestos.

Foram registrados manualmente no cartório 50 débitos de IPVA e outros 50 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Os procuradores perceberam que as empresas devedoras de ICMS recorriam à Justiça, enquanto os donos de automóveis, pessoas físicas, estavam mais dispostos a quitar a dívida.

Assim, os donos de veículos com IPVA atrasado foram eleitos o primeiro alvo de protestos em série feito de forma eletrônica por um Estado. A intenção, porém, é protestar também no futuro as empresas de arrendamento mercantil - que têm em seu nome automóveis que são "financiados" aos consumidores por meio de leasing.

Mais cobrança. Além disso, a PGE pretende protestar dívidas de Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), incidente nos inventários, custas judiciais e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do

Estado (TCE).

Segundo a PGE, o perfil dos principais devedores são proprietários de um a dois carros e as instituições financeiras que atuam no mercado de automóveis. O protesto é feito sempre em nome do titular do veículo que originou o tributo. Portanto, é importante que os proprietários façam a transferência tão logo vendam o veículo, para que não sejam protestados por dívida de IPVA.

O principal problema para o motorista protestado é ficar sem crédito no mercado ou não poder abrir conta em banco. Para empresas, elas perdem o direito de contratar com o Estado ou receber subsídios do governo. O protesto não impede que o devedor seja cobrado judicialmente pelo Estado.

O contribuinte deve ficar atento, lembre, pois que o IPVA protestado vem com multa de 20%, correção monetária, e mais as taxas de protestos, o que faz o valor quase dobrar em relação ao lançamento inicial com desconto.

José Antonio Fernandes
Advogado

ESCRITÓRIO ORIENTADOR

Fone: 17 3651-1132

Av. Carlos Gomes, nº 49-75 - Centro
PALMEIRA D'OESTE-SP

CONTADORES **LUIZ OSMAR MIGLIORANÇA**
RESPONSÁVEIS: **LUIZ FERNANDO MIGLIORANÇA**

M.A. ELÉTRICA E HIDRÁULICA

Aluguel Mensal de Containers

(17) 3651-3166

(17) 99733-0321 - Vivo

(17) 99199-9949 - Claro

(17) 98100-9058 - Tim

Rua XV de Novembro nº 44-56
Centro - Palmeira D'Oeste - SP

CAMAC

CANÁRIO - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES

FONE: (17) 3651-1423
FONE/FAX: 3651-1339

RUA BRASIL Nº 56-100 - CENTRO - PALMEIRA D'OESTE-SP

Tribuna da Imprensa

EXPEDIENTE

Jornal Tribuna da Imprensa S/S Ltda
C.N.P.J. nº 13.787.972/0001-10
Insc. Municipal nº 0300.1036.1302

Diretor Presidente – Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes
Vice Presidente – Marília Botelho Soares Dutra Fernandes
Editor / Redator – José Antonio Fernandes
Colunista: Tenente Dirceu Cardoso

Redação: Rua Rio Branco, nº 49-16 – Centro
Fone (17) 3651-1293 / 3651-1379 - Palmeira d'Oeste/SP
CEP 15.720-000 - E-Mail: tribunadacomarca@yahoo.com.br

Diagramação e Impressão:
Gráfica e Editora Total Graph - JALES-SP - Fone (17) 3632-6889
MSN e E-mail: folharegional@melfinet.com.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião deste jornal.

SINDICATO RURAL DE PALMEIRA D'OESTE - SP
AV. CARLOS GOMES Nº 53-89 - PALMEIRA D'OESTE - SP
CNPJ: 51.841.690/0001-42 - Fone: (17) 3651-1696

AVISO RESUMIDO

SINDICATO RURAL DE PALMEIRA D'OESTE - Avenida Carlos Gomes, nº 5389, Palmeira d'Oeste - SP- ELEIÇÕES SINDICAIS - Aviso Resumido. Serão realizadas eleições no dia 03 de Fevereiro de 2017, das 08h00 às 14h00 em 1ª convocação ou das 14h30 às 20h30 em 2ª convocação, na sede da entidade acima mencionada, para composição da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados Representantes, bem como suplentes, devendo o Registro de Chapas ser apresentado na Secretaria da entidade, no horário de 08h00 às 17h00, no período de 04 (quatro) dias, a contar do dia seguinte à publicação deste Aviso. Edital de Convocação da eleição encontra-se afixado na sede deste Sindicato.

Palmeira d'Oeste-SP, 02 de janeiro de 2017.

ASSIS APARECIDO FARINASSE
Presidente

Iniciativas da OAB SP colaboram para aliviar a tensão no sistema penitenciário

O projeto Ser livre é arte, realizado pela Seção São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil em parceria com o Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo, é desenvolvido por advogados voluntários e profissionais de diversas áreas do saber (psicologia, musicoterapia, dança, narrativas, entre outros), tendo por objetivo colaborar com o autoconhecimento e resgate da autoestima de mulheres presas na unidade materno infantil da Penitenciária Feminina da Capital. O projeto amadureceu e teve um importante avanço para sua continuidade em 2017, pois a Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB SP, que o coordena, teve deferido pleito formulado à Justiça paulista e os próximos ciclos de atividades serão considerados para cálculo de remição de pena das mulheres presas que venham a participar do programa, seguindo o disposto na Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Assim, cada 12 horas de atividades nas oficinas reduzirão em um dia a pena.

Na fundamentação do projeto Ser livre é arte, a presidente da Comissão de Política Criminal e Penitenciária, Adriana de Melo Nunes Martorelli, defende que as atividades propostas têm a capacidade de “mitigar a alienação social e recuperar experiências emocionais reprimidas em decorrência do processo de prisionização”. A advogada aponta que há aprimoramento pessoal das participantes, necessário ao processo de retorno ao

convívio social, quando reconquistarem a liberdade.

A profissional lidera o grupo de advogados dedicados a colaborar com ações que minimizem os dramas dos aprisionados já há alguns anos.

No caso em questão, o estabelecimento da rotina e a organização dos atendimentos junto à direção da unidade é atribuição da Vice presidente da Comissão, a advogada Fabiana Zanata Viana, que estabelece o diálogo entre os envolvidos na viabilização da praticas, consistentes em seis oficinas diferentes que buscam incentivar a expressão através de elementos culturais como canto, dança, cinema, literatura, meditação e buscam aprofundar o autoconhecimento com yoga, diálogos e reflexões. Profissionais indicadas pela OAB SP apresentam e desenvolvem cinco valores entre as mulheres presas: verdade, retidão, paz, amor e não-violência. A partir dos quais orientam as presidiárias. O trabalho foi realizado nos anos de 2015 e 2016.

Projeto anterior, e embrionário ao atualmente realizado, foi aplicado no Centro de Progressão Penitenciária Feminino (CPPF), localizado no Butantã, Zona Sul da capital. Eram oficinas de artes levadas para as mulheres do regime semiaberto, entre os anos de 2013 e 2014, mas que não contavam com metodologia de transmissão dos valores trabalhados pelo modelo atual. Intitulado de Mostra de Artes, o trabalho concorreu ao Prêmio Innovare 2014.

“Desenvolver soluções reais para o sistema penitenciário requer trabalho com acompanhamento técnico e capaz de promover a inserção de conceitos de cidadania entre a população carcerária. Nenhuma melhoria será alcançada sem respeito às leis e aos direitos dos apenados”, avalia Marcos da Costa, presidente da OAB SP, que acompanha essas iniciativas. As primeiras reuniões para a organização de um novo ciclo do Projeto Ser livre é arte serão realizadas nas próximas semanas, com o intuito de retomar as atividades após o Carnaval. A próxima meta da Comissão de Política Criminal e Penitenciária é ampliar de três para cinco meses a duração de cada ciclo de oficinas.

OUTRAS INICIATIVAS

Sempre aparada na meta de contribuir para melhorar o ambiente prisional, a Seccional paulista da Ordem desenvolve outras ações. Desde outubro de 2014, a OAB SP faz parte do Conselho Penitenciário do Estado, órgão formado pelo Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Psicologia e Defensoria Pública. A maior ambição nesse Conselho é colaborar com políticas públicas para o setor. A participação está definida em um Termo de Cooperação e os integrantes pela Ordem são os membros da Comissão de Política Criminal e Penitenciária.

Uma das atividades mais significativas nesse projeto tem sido a presença nas vitórias de 166 unidades prisio-

nais do Estado de São Paulo, entre Penitenciárias, Centros de Detenção Provisória, Centros de Progressão Penitenciária e Centros e Ressocialização. Durante as 13 visitas realizadas em 2016, o grupo fez entrevistas com presos e funcionários para verificar itens de um “check list” que inclui estado da estrutura, lotação, condições de higiene e assistência judiciária. O objetivo é provocar os órgãos públicos competentes em busca de melhorias destinadas aos detentos, funcionários, visitantes e advogados no exercício da profissão.

Paralelamente ao trabalho de visitas ao sistema carcerário e ampliando o espírito de colaborar com o processo de recuperação de detentos, os membros da Comissão de Política Criminal e Penitenciária elaboraram, em 2016, a cartilha Educação em Direitos. No texto de apresentação do livreto, propõem-se à população carcerária ter contato com temáticas fundamentais relacionadas aos mais diversos direitos e deveres que permeiam a vida em sociedade. O material, com 43 páginas, busca “consolidar uma cultura educacional e de direitos, passível de multiplicação, e que deve se transformar em práticas educativas em prol da autonomia e da cidadania”, como dizem seus organizadores.

No projeto SOS Cartas, um núcleo da Comissão de Política Criminal e Penitenciária faz triagem de cartas enviadas por presos e detentos para a OAB SP, redige respostas e,

quando necessário, encaminha ofícios aos órgãos competentes para solução do problema relatado. No período de novembro de 2014 até novembro e 2015, o SOS Cartas da Ordem recebeu trinta correspondências. O material permitiu ao grupo de trabalho, mais um vez, detectar as queixas da população carcerária: excesso de prazo na prisão provisória (temporária e preventiva); prazo de aplicação de medidas disciplinares; recontagem da pena em razão de sanção disciplinar; auxílio reclusão; salário para preso que trabalha dentro do sistema; progressão de regime; e exame criminológico.

A OAB SP sempre reforçou que é preciso adotar políticas que humanizem o tratamento dos presos e que ofereçam um processo de ressocialização efetivo, com o objetivo de melhorar os resultados no sistema. Nessa batalha contínua, foi que o presidente da OAB SP, Marcos da Costa, e a presidente da Comissão, Adriana Nunes Martorelli, reuniram-se recentemente com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, para apresentar sugestões para o aprimoramento do sistema de Execuções Criminais, assim como traçar planos de projetos conjuntos. A Seccional paulista da Ordem não abre mão de contribuir na busca de saídas que suavizem esse difícil drama do encarceramento.

assessoria.imprensa@oabsp.org.br

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

Câmara Municipal de São Francisco

PORTARIA Nº 002, de 31 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre exoneração de servidora do quadro permanente que especifica.

O Presidente da Câmara Municipal de São Francisco, SP, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e,

Considerando o pedido de exoneração feito pela servidora pública municipal Fabiana Ferreira da Costa, datado de 20 de janeiro de 2017;

RESOLVE:

1 - EXONERAR, a pedido, a servidora pública municipal, senhorita FABIANA FERREIRA DA COSTA, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 47.950.975-X, inscrita no CPF/MF sob nº 406.562.238-71, lotada no cargo efetivo de auxiliar de serviços gerais, do quadro permanente da Câmara Municipal, a partir do dia 31 de janeiro de 2017.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3 - Registre-se, cumpra-se, notifique-se e publique-se.

Câmara Municipal de São Francisco, SP, em 31 de janeiro de 2017.

GILMAR JONAS MOURA

Presidente da Câmara Municipal de São Francisco

Arquivada em pasta própria e publicada na forma da lei.

NELSON DE SOUZA

1º Secretário

Câmara Municipal de São Francisco

PORTARIA nº 003, de 31 de Janeiro de 2017.

Dispõe sobre exoneração de servidor e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de São Francisco, SP, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e,

RESOLVE:

1 - EXONERAR, o Sr. Valdomiro Rossi, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG 7.537.406-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 546.850.108-25, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP sob nº 118.536, do cargo de Assessor Jurídico, de provimento em comissão da Câmara Municipal de São Francisco.

2 - Registre-se, publique-se cumpra-se e notifique-se.

Câmara Municipal de São Francisco, SP, em 31 de Janeiro de 2017.

GILMAR JONAS MOURA

Presidente da Câmara Municipal de São Francisco

Arquivada em pasta própria e publicada na forma da lei.

NELSON DE SOUZA

1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO-SP.

EDITAL DE PREGÃO N.º 01/2017

MAURÍCIO HONÓRIO DE CARVALHO - Prefeito do Município de São Francisco, Estado de São Paulo, TORNA PÚBLICO que se acha aberto no Setor de Administração da Prefeitura Municipal, EDITAL DE PREGÃO N.º 02/2017, Proc. 02/17, destinada a Contratação de Empresa(s) para a Aquisição de Material Escolar para o Ensino Fundamental e Infantil de São Francisco-SP, durante o exercício de 2017, conforme se especifica no Edital. As Propostas e Documentação deverão ser apresentadas na Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Oscar Antonio da Costa, 1187, até as 09h30 do dia 10 de Fevereiro de 2017, nos dias úteis e horários de expediente.

Melhores informações e Edital completo serão obtidos no endereço acima, nos dias úteis, ou pelo telefone (17) 3693-1101 – Zilda Lucas e no site da Prefeitura Municipal (saofrancisco.sp.gov.br)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-SP.

AOS 31 de janeiro de 2017.

MAURÍCIO HONÓRIO DE CARVALHO

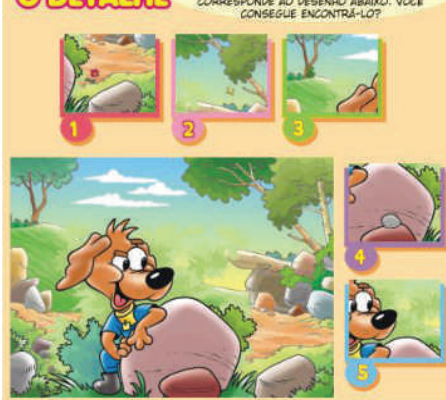
PREFEITO MUNICIPAL

ESQUADRÃO Pulga

QUADRINHOS · PASSATEMPOS · ATIVIDADES

O DETALHE

SOMENTE UM PESSAS DETALHES CORRESPONDE AO DESENHO ABAIXO. VOCE CONSEGUIU ENCONTRÁ-LOS?



O DIFERENTE

PENDURAR UM BALANÇO NUMA VACA? PÉSSIMA IDEIA, REIXI! QUE TAL TENTAR ENCONTRAR NOS DESENHOS ABAIXO O ÚNICO QUE É DIFERENTE?



O LABIRINTO

QUEM SERÁ QUE PERCOU O PEREFO? SIGA AS LINHAS E DESCOBRIRÁ!



BOM DIA, SHERIFE!

BOM DIA, LINGUÇA! ONDE VOCÊ ESTÁ indo?

LAMENTO, LINGUÇA. COMO SHERIFE DE HOT-DOG CITY, NÃO POSSO PERMITIR ISSO!

ISSO RESPONDE A SUA PERGUNTA?

COMO ONTEM, HOJE VOU TREINAR MINHA PONTARIA NOVAMENTE!

POR QUE, SHERIFE?

XIII!

ESQUADRÃO Pulga

7 ERROS

ENCONTRE AS SETE DIFERENÇAS ENTRE OS DESENHOS E SE GUINER, SE UM LINGU COLOCADO À CIMA!

ESQUADRÃO Pulga

7 ERROS

ENCONTRE AS SETE DIFERENÇAS ENTRE OS DESENHOS E SE GUINER, SE UM LINGU COLOCADO À CIMA!

ESQUADRÃO Pulga

Dinheiro público É DA SUA CONTA.

TRANSPARÊNCIA Acesso à Informação

e-SIC Serviço de Informação ao Cidadão

ACESSE:
www.cmpalmeiradoeste.sp.gov.br

TREINART INFORMATICA

(17) 3651-1010 OU (17) 99644-4650

OS MELHORES CURSOS PARA AS MELHORES

LBV promove campanha para melhoria da Educação

Iniciativa beneficiará crianças e adolescentes de famílias de baixa renda

“Educação de Qualidade” é um dos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que compõem a agenda mundial adotada em 2015, durante reunião de cúpula das Nações Unidas, e que devem ser cumpridas até 2030. O Brasil avançou no acesso à Educação, porém há muito a se fazer ainda. Todos os esforços devem ser empreendidos para o combate ao analfabetismo e a redução dos índices de reprovação e de abandono escolar.

Pela melhoria da Educação a Legião da Boa Vontade acredita que a educação iluminada por valores éticos, espirituais e ecumênicos transforma o ser humano para melhor, por isso, há mais de 67 anos, ela atua ao lado das populações em situação de vulnerabilidade social. Por meio de suas escolas, Centros Comunitários de



Assistência Social e campanhas oferece o apoio necessário às

famílias para que os filhos tenham acesso garantido à Educação.

Uma das iniciativas da LBV é a campanha Criança Nota 10 — Proteger a infância é acreditar

no futuro, que terá sua edição 2017 lançada na primeira semana de janeiro (2/1) e que consiste em mobilizar a sociedade e os meios de comunicação a fortalecer o protagonismo in-

fantojuvenil, garantindo, assim, a proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

Entre os meses de janeiro e fevereiro, a campanha entregará kits de material pedagógico a alunos da rede de escolas da Legião da Boa Vontade e a crianças e adolescentes (6 a 17 anos) que participam de programas socioassistenciais promovidos nos Centros Comunitários da Instituição. Também recebem as doações os participantes da EJA — Educação de Jovens e Adultos (São Paulo/SP); os atendidos pelo Projeto de Apoio a Ex-alunos (Curitiba/PR); além de estudantes amparados por organizações parceiras da LBV.

Os recursos obtidos também nesta ação solidária contribuirão para a manutenção das atividades promovidas ao longo do ano pela LBV, em favor desses públicos, por meio do oferecimento de alimentação, atividades artísticas, culturais, esportivas, recreativas, lúdicas, além

do acompanhamento social, incentivando-os a aprender mais e desenvolver habilidades, longe dos perigos das ruas ou do isolamento.

Mais de 17 mil kits serão entregues, além de 30 mil conjuntos de uniformes. A ajuda serve de motivação para a continuidade dos estudos, além de representar um importante apoio aos pais e/ou responsáveis que não têm recursos para adquirir o material escolar. Os kits são compostos de acordo com a faixa etária dos estudantes e contém itens, a exemplo de: estojo, lápis preto e de cor, canetas, apontador, borrachas, tesoura, tubos de cola, tinta guache, cadernos, mochila, régua, entre outros.

COLABORE:

Acesse o site www.lbv.org ou ligue 0800 055 50 99 e faça a sua doação. Acompanhe, siga, curta e compartilhe as ações da LBV nas redes sociais: Facebook (LBVBrasil), YouTube (LBVBrasil) e Instagram (LBVBrasil).

Cartórios com VOCÊ

Serviços jurídicos e tecnológicos de qualidade a serviço do cidadão



Por: **André de Azevedo Palmeira**, oficial de Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo (SP).

Registro do contrato de locação pode evitar que inquilinos desocupem imóvel em caso de venda

Quem já passou pela experiência sabe como não é fácil, e muito menos barato, mudar para outro imóvel. O trabalho e o custo para transportar tudo são grandes, mas os problemas não param por aí. Já imaginou se depois de conquistar uma freguesia fiel, de repente, uma empresa tiver que sair do imóvel alugado no prazo máximo de noventa dias? E, no caso de uma família, depois de conseguir escola nas proximidades para os filhos, estabelecer relações de amizade na vizinhança, acostumar-se ao transporte público, tiver que deixar a casa também em noventa dias?

O pesadelo infelizmente ocorre com frequência. Embora os inquilinos muitas vezes se sintam tranquilos com os prazos de locação fixados nos contratos, essa tranquilidade é apenas aparente. Caso o locador resolva vender o imóvel, o novo proprietário pode pedir sua entrega com o prazo de apenas noventa dias para que o inquilino se mude.

Como as vendas de casas antigas e imóveis comerciais para a construção de edifícios têm se multiplicado, situações em que os inquilinos se vêm obrigados a se mudar inesperadamente têm aumentado proporcionalmente. Isso ocorre porque o adquirente, ou seja, o novo dono do imóvel, não está vinculado ao contrato de locação celebrado apenas entre o locador e o inquilino, que talvez até desconheça.

O cartório de Registro de Imóveis pode ser utilizado para dar publicidade aos novos acordos, impedindo com antecedência que o imóvel deva ser

entregue pelos inquilinos em caso de venda.

Para isso, ao assinar o contrato de locação, a empresa ou a família deve exigir do locador que nele haja uma cláusula de vigência, que estabeleça que mesmo em caso de venda o prazo do contrato de locação será respeitado.

O inquilino também deve evitar o vencimento do contrato e a sua prorrogação automática por prazo indeterminado. Nessas situações, não há mais prazo fixado de locação e o próprio locador pode pedir a devolução do imóvel no prazo de apenas trinta dias.

É importante ressaltar, contudo, que possuir a cláusula de vigência e o contrato renovado periodicamente não bastam para evitar a saída do imóvel, pois é possível que o novo dono desconheça o acordo ou não concorde com ele. Por isso, é fundamental que o contrato de locação seja levado para o cartório de Registro de Imóveis para que essa cláusula seja registrada na matrícula do imóvel, dando assim publicidade da cláusula de vigência a todos, de tal forma que qualquer adquirente será obrigado a respeitar o prazo de vigência do contrato de locação, além das demais condições, como o valor do aluguel, não podendo alegar desconhecimento do contrato, conforme estabelece o art. 8º da Lei de Locações (Lei 8.245/91).

Além disso, o contrato de locação também pode ser averbado na matrícula do imóvel, garantindo de forma plena o direito de preferência do inquilino no caso de venda do imóvel, conforme art. 35 da Lei de Locações.

Trinta doenças garantem descontos na compra do carro novo

Você que pretende comprar um carro novo pode ter direito a descontos com a isenção de impostos e talvez nem esteja sabendo. A questão é que, ao contrário do que muita gente pensa, o benefício da isenção fiscal não abrange apenas pessoas com deficiência física, mas também, portadores de doenças que provocam algum tipo de limitação.

De acordo com Itamar Tavares Garcia, diretor comercial da Associação Brasileira da Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia Assistiva (Abridef), portadores dessas limitações



podem requerer a isenção de impostos como IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o

IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores). Segundo Itamar, doenças como câncer, hepatite C, Parkinson, problemas graves de coluna, Diabetes, HIV Positivo e hemofílicos, Artrose, Escoliose, Artrite Reumatoide, Hérnia de Disco, Artrose, derrame, Bursite, Tendinite e LER (Lesão por Esforço Repetitivo), estão na lista das enfermidades contempladas com o benefício.

“No total, mais de 100 milhões de brasileiros podem ter direito a comprar carro 0 km com isenção de impostos”, complementa Itamar. Para solicitar o benefício é necessário, inicialmente, dirigir-se ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e solicitar, junto a perícia médica, laudo atestando a condição de deficiente ou portador de patologia. Com o laudo em mãos, o condutor deverá procurar, em seguida, a Receita Federal para requerer a isenção do IPI. No caso do ICMS e do IPVA, o motorista deve se dirigir a Secretaria Estadual de Tributação e pedir a isenção. O processo dura, em média 30 dias. “Só é capaz de exercer seu direito àquele que os conheçam”

Felipe Alves – Advogado

Câmara Municipal de Aparecida d' Oeste

EDITAL DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS 2016

A Câmara Municipal de Aparecida d' Oeste, Estado de São Paulo, no uso de atribuições que lhe são conferidas, para fins dispostos no artigo 1º XXXV, das Instruções 2/98 do TCE, torna público a relação dos valores mensais dos subsídios dos Srs. Agentes Políticos e dos Cargos e Empregos do Quadro da Câmara, vigentes no Exercício de 2016.

Especificação:

01- Subsídios Agentes Políticos

Presidente	R\$3.307,33
Vereadores	R\$2.694,86

02- Empregos Públicos (Proveniente em comissão)

Denominação do Cargo	RS	Referência
Assessor Legislativo	1.913,81	05
Chefe de Serviços Gerais	1.176,97	03
Assessor Jurídico	3.358,18	10

03- Cargos Públicos (Proveniente efetivo)

Denominação do Cargo	RS	Referência
Contador	2.386,01	07
Assistente Administrativo	2.744,31	07
Servente	837,98	01

04 – Os valores indicados para os cargos e empregos representam o vencimento ou salário mensal bruto, fixado por Lei.

05 - Não existe ocupante do cargo de Servente.

Secretaria da Câmara Municipal de Aparecida d' Oeste,
Aos 27 dias do mês de Janeiro de 2017.

VALTER MOREIRA BONFIM
Presidente da Câmara

RESIDENCIAL DAS Araucárias

Palmeira d'Oeste ganha um novo loteamento com terreno de 170 a 400m². Excelente localização, 20.000 mil metros quadrados de área verde, com espaço para lazer e esporte. Realiza esse sorteio e investe no capital regional de sua. Peça sua visita em nosso plantão de vendas e tenha a oportunidade de realizar um ótimo investimento.

Será sorteado um lote de 170m² entre os primeiros 50 compradores

Fone: (17) 9974-5810
Plantão: Av. Cabanduba, 43-13

Clínica Integrada

Cirurgiões dentistas
Danilo Morante e Denise Ide

Reabilitação oral, ortodontia, odontopediatria, implantes, clareamento, canal, restaurações, lentes de contato, rejuvenescimento facial, bichectomia e aplicação de botox

Rua Duque de Caxias, Centro 4831 - Palmeira d'Oeste
Telefones (17) 3651-3241 (17)996079598 (17)996773039

Eterniza

Fotos e Filmagens

- Filmadora profissional em Full HD
- Drone (filmagem aérea)
- GoPro (filmagem em 360º)
- Telão para seu evento

- Fotos e Filmagens:-

Aniversários
Casamentos
Eventos em geral

(17) 99774-9191
Direção de Leandro Romão e Viviane
Em Palmeira Doeste
Av Dr Francisco Felix de Mendonça, nº 49-15
Próximo à Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) QUE OBJETIVA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA O ANO DE 2017, COM ABASTECIMENTO DIÁRIO JUNTO A FROTA MUNICIPAL.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL n° 001/2017
PROCESSO n° 003/2017
DATA DA REALIZAÇÃO: 15/02/2017
HORÁRIO: a partir das 09h30m
LOCAL: Sala do Setor de Licitações - Paço Municipal

PALMEIRA D'OESTE-SP, 31 DE JANEIRO DE 2017.

JOSÉ CESAR MONTANARI
PREFEITO MUNICIPAL

Câmara Municipal de São Francisco

Estado de São Paulo

Ato nº 001, de 27 de Janeiro de 2017.

GILMAR JONAS MOURA;

Presidente da Câmara Municipal de São Francisco, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais;

Considerando o advento da Lei Municipal nº 1.468 de 27 de janeiro de 2017, faz saber que os vencimentos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Francisco, obedecerão aos valores da seguinte tabela de vencimentos.

ANEXO

Ref	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7
1	958,51	1.054,36	1.159,79	1.275,77	1.403,35	1.543,69	1.698,06
2	1.743,04	1.917,34	2.109,07	2.319,98	2.551,98	2.807,18	3.087,90
3	2.954,49	3.249,94	3.574,94	3.932,43	4.325,67	4.758,24	5.234,06
4	4.727,61	5.200,38	5.720,42	6.292,46	6.921,70	7.613,87	8.375,26

Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Francisco-SP, de 27 e Janeiro 2017.

GILMAR JONAS MOURA
-Presidente-

Registrada e Publicada conforme Lei Pertinente, em data Supla.

NELSON DE SOUZA
-1º Secretário-


PREFEITURA MUNIC PALMEIRA D'OESTE

 AV. DR. FRANCISCO FÉLIX DE MENDONÇA, 4955
 46609731/0001-30 Exatino Exercicio: 2016

 Anexo IX
 Período: 01/10/2016 até 31/12/2016

Quadro Resumo da Aplicação Em Educação

RS 1

RECEITAS E APLICAÇÕES MÍNIMAS		FUNDEF		Valor		
RECEITAS DE IMPOSTOS	Valor	Saldo de Exer. Anteriores		0,00		
Impostos Próprios	2.208.487,95	Aplicações Financeiras		0,00		
Transferências Constitucionais	15.231.554,78	Total do FUNDEF		0,00		
Total da Receita de Impostos	17.440.042,73					
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	Valor	LEI Nº 9424, de 24/12/96	Valor			
Aplicação mínima de 25% das Receitas de Impostos, conforme artigo 212	4.360.010,68	Magnitário - mínimo de 60%	0,00			
		Total - 100% dos recursos	0,00			
FUNDEF	Valor	RECURSOS VINCULADOS	Valor			
Transferências do Exercício	2.254.266,73	Recebidos no Exercício	1.288.769,28			
Aplicações Financeiras	14.586,17	Saldo de Exer. Anteriores	201.884,30			
Total do FUNDEF	2.368.852,90	Total de Rec. Vinculados	1.490.653,58			
LEI Nº 11.494, DE 20/06/07	Valor	APLICAÇÃO TOTAL DE 100% Eventual saldo não aplicado deverá ser aplicado no exercício seguinte				
Magnitário - art. 22 - mínimo 60%	1.421.311,74					
Aplicação total - art. 21, §2º - mínima de 95%	2.250.410,25					
Recursos Próprios - Ed. Básica	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Recursos Próprios - Ed. Básica	5.181.885,25	29,70 %	5.181.885,25	29,70 %	4.941.708,56	28,33 %
FUNDEF	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Magnitário	2.018.963,32	85,23 %	2.018.963,32	85,23 %	2.018.963,32	85,23 %
Total	337.938,09	14,27 %	337.938,09	14,27 %	337.938,09	14,27 %
Outras	2.356.901,41	99,50 %	2.356.901,41	99,50 %	2.356.901,41	99,50 %
FUNDEF EXERC. ANTERIORES	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Magnitário	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Total	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
OUTRAS VINCULAÇÕES	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
OUTRAS VINCULAÇÕES	1.173.602,33	78,73 %	1.075.783,56	72,17 %	1.075.344,46	72,14 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RS 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	883.225,58	808.361,20	730.871,43	651.051,09
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	883.225,58	808.361,20	730.871,43	651.051,09
Interna	883.225,58	808.361,20	730.871,43	651.051,09
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	2.190.078,62	1.772.847,29	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	798.785,04	2.202.655,72	1.785.047,51	809.157,16
Demais Haveres Financeiros	0,00	292,38	638,41	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.129.718,38	12.869,48	12.838,63	1.286.894,22
DIV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	883.225,58	-1.381.717,42	-1.041.975,86	651.051,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.991.880,19	20.172.856,23	21.187.231,97	21.752.243,99
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	4,42	4,01	3,45	2,99
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	4,42	-6,85	-4,92	2,99
LIMITE DEFINIDO POR RES. DO SENADO FEDERAL - (120%)		26.102.692,79		
LIMITE DE ALERTA - (108%)		23.492.423,51		
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)	883.225,58	808.361,20	730.871,43	651.051,09
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	883.225,58	808.361,20	730.871,43	651.051,09
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	883.225,58	808.361,20	730.871,43	651.051,09
Previdenciárias	883.225,58	808.361,20	730.871,43	651.051,09
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	330.933,34	0,00	0,00	477.737,06
DEPÓSITOS	7.199,97	7.199,97	7.199,97	6.685,45
RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.306.704,87	1.925.164,39	1.025.254,63	2.047.387,79
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RS 1

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)	5.915.388,67	5.644.219,37	5.994.000,72	5.943.440,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.915.388,67	5.644.219,37	5.994.000,72	5.943.440,23
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	-5.915.388,67	-5.644.219,37	-5.994.000,72	-5.943.440,23

Nota:
 1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Disponibilidade de Caixa mais os Demais Haveres Financeiros for menor que o Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RS 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Dérivas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujetas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.752.243,99	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (III + IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.480.359,04	16,00
LIMITE DE ALERTA (VII) = 0,95 x VI (do art. 59 da LRF)	3.132.323,13	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.522.657,08	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO IV = (IV + IIa)	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2016

1 de 2

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (f)-(a)-(b)-(c)-(d)-(e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (Não Inscrição por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores	Restos a Pagar De Exercício	Restos a Pagar Empenhadados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores			
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
DESTINAÇÃO DE RECURSOS							
RECURSOS VINCULADOS							
(00.01.00.00) Recursos Ordinários	571.248,76	15.754,22	1.029.142,50	0,00	846.318,01	-1.319.965,97	3.459,66
(00.01.12.00) Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	580,83	0,00	0,00	0,00	-1.513,93	2.094,76	0,00
(00.02.00.00) Recursos Ordinários	683,41	0,00	0,00	0,00	0,00	683,41	0,00
(00.02.80.00) Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.259,64	0,00
(00.02.81.00) Recursos de Convênios	40.287,92	0,00	0,00	0,00	219.414,30	2.549.427,73	-2.728.554,11
(00.03.00.00) Recursos Ordinários	280,51	0,00	0,00	0,00	0,00	280,51	0,00
(00.03.13.00) Transferência Federal Sistema Único de Saúde	7.254,31	0,00	7.156,53	0,00	0,00	97,78	0,00
(00.05.00.00) Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	357,14	0,00	0,00	0,00	0,00	357,14	0,00
(00.05.12.00) Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	16.308,31	0,00	49,19	392.202,52	0,00	-376.332,31	0,00
(00.05.13.00) Transferência Federal Sistema Único de Saúde	148.900,26	0,00	70.551,87	0,00	0,00	2.547,05	75.801,34
(00.05.81.00) Recursos de Convênios	23.054,71	0,00	158.242,50	109.918,38	0,00	-245.106,17	890.481,68
(00.91.00.00) Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	-488.405,72	488.405,72	0,00
(00.92.80.00) Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.259,64	9.259,64	0,00
(00.92.81.00) Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.527.952,76	2.527.952,76	0,00
(00.95.12.00) Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	-327,80	327,80	0,00
(00.91.00.00) Recursos Ordinários	0,00	0,00	5.667,50	12.880,86	0,00	-18.488,36	81.243,21
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	809.157,16	15.754,22	1.271.140,00	734.416,86	380.094,58	-1.892.247,70	1.312.971,73
TOTAL (III) = (I+II)	809.157,16	15.754,22	1.271.140,00	734.416,86	380.094,58	-1.892.247,70	1.312.971,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2016

2 de 2

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (f)-(a)-(b)-(c)-(d)-(e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (Não Inscrição por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores	Restos a Pagar De Exercício	Restos a Pagar Empenhadados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores			
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES							
(00.04.00.00) Recursos Ordinários	5.915.388,67	0,00	0,00	0,00	0,00	5.915.388,67	0,00
(00.94.00.00) Recursos Ordinários	28.051,56	0,00	0,00	0,00	0,00	28.051,56	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.943.440,23	0,00	0,00	0,00	0,00	5.943.440,23	

PALMEIRA D'OESTE - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIP DE PALMEIRA D'OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCÁIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO:Jan/2016 a Dez/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

	DESPESA EXECUTADAS	
	Jan/2016 a Dez/2016	
	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	700.736,86	0,00
Pessoal Ativo	700.736,86	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (PASEP)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF/II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	700.736,86	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	21.752.243,99	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	700.736,86	3,22
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.305.134,64	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	1.239.877,91	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	1.174.621,18	5,40

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

CAMARA MUNICIP DE PALMEIRA D'OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCÁIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2016

1 de 1

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			REPOSTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores	Restos a Pagar De Exercício	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores		
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
TÍTULO DO RECURSO						
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (f+g)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* Relatório agrupado por código de aplicação (grupo código)

Nenhum Dado Encontrado

CAMARA MUNICIP DE PALMEIRA D'OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCÁIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2016

LRF, art. 48 - Anexo 6

RS 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Recarga Corrente Líquida	21.752.243,99
DESPESA COM PESSOAL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	700.736,86
Limite Máximo (Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	1.305.134,64
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	1.239.877,91

DÍVIDA CONSOLIDADA

Dívida Consolidada Líquida	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	120,00

GARANTIAS DE VALORES

Total das Garantias	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.785.493,68

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Operações de Crédito Internas e Externas	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.480.359,04
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.522.657,08

RESTOS A PAGAR

INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00

APARECIDA D'OESTE - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIP DE APARECIDA D'OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCÁIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO:Jan/2016 a Dez/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

	DESPESA EXECUTADAS	
	Jan/2016 a Dez/2016	
	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	555.250,80	0,00
Pessoal Ativo	555.250,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (PASEP)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF/II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	555.250,80	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.715.715,23	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	555.250,80	3,52
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	945.102,91	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	897.847,77	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	850.592,62	5,40

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCÁIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2016/BIMESTRE Novembro - Dezembro

1 de 3

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A DEZ 2016		
					(b)	(b/a)	
(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	24.289.000,00	24.289.000,00	4.616.626,65	19,01	23.483.745,10	96,68	805.254,90
RECEITAS CORRENTES	23.198.000,00	23.198.000,00	4.173.931,83	17,99	21.952.019,83	94,63	1.245.980,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.400.000,00	1.400.000,00	224.612,27	11,78	2.008.108,54	105,36	-102.108,54
Impostos	1.400.000,00	1.400.000,00	189.888,56	13,56	1.492.111,66	106,58	-92.111,66
Taxes	505.000,00	505.000,00	34.727,66	6,88	515.996,88	102,18	-10.996,88
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	603.000,00	603.000,00	110.677,12	18,35	762.560,77	126,46	-159.560,77
Contribuições Sociais	603.000,00	603.000,00	110.677,12	18,35	762.560,77	126,46	-159.560,77
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	917.000,00	917.000,00	201.778,59	22,00	811.661,64	88,51	105.338,36
Recursos Imobiliários	167.000,00	167.000,00	9.162,20	5,49	65.327,02	39,12	101.672,98
Recursos de Valores Mobiliários	749.000,00	749.000,00	192.616,39	25,72	746.334,62	99,64	2.665,38
Recursos de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Decorrentes do Direito de Exploração de Bens Públ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas da Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	168.000,00	168.000,00	13.182,50	7,85	140.287,29	83,50	27.712,71
Recursos de Serviços	168.000,00	168.000,00	13.182,50	7,85	140.287,29	83,50	27.712,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.412.000,00	19.412.000,00	3.769.744,10	19,42	17.285.985,88	89,05	2.126.014,12
Transferências Intergovernamentais	19.399.000,00	19.399.000,00	3.769.744,10	19,43	17.285.985,88	89,11	2.113.014,12
Transferências de Instituições Privadas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	192.000,00	192.000,00	-146.066,70	-76,08	943.415,71	491,36	-751.415,71
Multas e Juros de Mora	47.000,00	47.000,00	10.739,33	22,85	37.603,43	80,01	9.396,57
Indenizações e Restituições	42.000,00	42.000,00	2.077,23	4,95	40.688,73	96,88	1.311,27
Recursos da Dívida Ativa	72.000,00	72.000,00	686.384,69	953,31	735.332,96	1021,30	-663.332,96
Recursos Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortiza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Correntes Diversas	31.000,00	31.000,00	-845.267,95	-276,67	129.790,59	418,68	-98.790,59
RECEITAS DE CAPITAL	1.091.000,00	1.091.000,00	442.694,82	40,58	1.531.725,27	140,40	-440.725,27
Operações de Crédito	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Operações de Crédito Internas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	452.000,00	452.000,00	356.400,00	78,85	376.415,00	83,28	75.585,00
Alienação de Bens Móveis	172.000,00	172.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172.000,00
Alienação de Bens Imóveis	280.000,00	280.000,00	356.400,00	127,29	376.415,00	134,43	-96.415,00
Armorização de Capital Social	563.000,00	563.000,00	118.507,50	21,05	1.048.319,72	186,20	-485.319,72
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	563.000,00	563.000,00	118.507,50	21,05	1.048.319,72	186,20	-485.319,72
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	75.000,00	75.000,00	-32.212,68	-42,95	106.990,55	142,65	-31.990,55
Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Capital Diversos	75.000,00	75.000,00	-32.21				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2016/BIMESTRE

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
Dêbito Cultural	4.000,00	4.000,00	525,53	3.361,11	0,01	638,89	525,53	3.361,11	0,01	638,89	0,00
Urbano	145.000,00	142.500,00	20.378,78	136.337,37	0,55	5.962,63	20.378,78	136.337,37	0,58	5.962,63	0,00
Indu-Edutur Urbana	80.000,00	74.500,00	10.356,11	69.258,52	0,28	5.241,48	10.356,11	69.258,52	0,29	5.241,48	0,00
Serviços Urbanos	65.000,00	68.000,00	10.022,67	67.278,85	0,27	721,15	10.022,67	67.278,85	0,26	721,15	0,00
Agricultura	49.000,00	40.000,00	3.226,95	35.396,56	0,14	4.603,44	3.226,95	35.396,56	0,15	4.603,44	0,00
Promoção da Produção Vegetal	45.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	115.000,00	95.000,00	13.917,23	84.526,79	0,38	473,21	13.917,23	84.526,79	0,40	473,21	0,00
Transporte Rodoviário	45.000,00	45.000,00	11.717,23	84.526,79	0,38	473,21	11.717,23	84.526,79	0,40	473,21	0,00
Despense de Lazer	14.000,00	14.000,00	1.970,01	13.802,72	0,05	1.972,28	1.970,01	13.802,72	0,05	1.972,28	0,00
Despense Comunitária	14.000,00	14.000,00	1.970,01	12.802,72	0,05	1.972,28	1.970,01	12.802,72	0,05	1.972,28	0,00
TOTAL (III)=(II+III)	25.550.000,00	28.790.032,72	3.138.907,61	24.868.473,64	100,00	3.922.159,08	4.802.907,53	23.555.801,91	100,00	5.233.130,81	1.312.971,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2016 A DEZ/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2016	FEV/2016	MAR/2016	ABR/2016	MAY/2016	JUN/2016	JUL/2016	AGO/2016	SET/2016	OUT/2016	NOV/2016	DEZ/2016		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.474.076,50	1.861.534,78	1.897.195,78	2.080.561,29	2.302.958,29	1.745.852,88	3.222.020,75	1.210.873,18	1.505.752,09	1.763.718,20	2.010.721,19	2.812.325,12	24.887.838,25	26.321.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA (II)	205.458,48	66.492,03	193.294,98	62.462,78	206.313,75	199.017,36	89.287,52	212.158,55	62.182,39	89.762,58	118.220,34	108.406,88	2.008.808,58	1.906.000,00
Impostos	0,00	36.000,00	492,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362.062,60	460.000,00
ITR	36.654,66	37.166,43	62.675,41	48.655,61	44.073,76	53.227,81	45.315,64	42.875,65	51.344,71	40.824,26	64.751,69	52.577,98	578.643,61	350.000,00
IRPJ	14.552,21	13.036,68	62.803,74	27.430,08	9.800,35	18.596,95	17.266,43	9.790,51	23.780,12	12.456,99	9.407,34	29.842,67	414.683,97	500.000,00
IRRF	7.289,76	10.536,27	10.894,74	11.147,06	11.637,81	10.749,44	11.466,76	11.627,27	10.214,56	12.571,62	9.733,89	19.150,30	136.739,48	90.000,00
Outras receitas tributárias	601,85	2.152,65	2.788,34	311.000,78	79.200,25	63.683,89	9.563,74	5.981,97	4.913,90	2.541,95	31.302,10	3.425,56	313.996,68	500.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES (III)	48.357,50	3.973,12	57.582,13	2.954,81	261.791,56	56.001,70	54.207,01	54.602,47	15.813,13	56.463,77	44.511,75	782.506,77	603.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	140.166,08	72.487,87	40.959,93	-21.678,84	84.669,09	74.022,61	36.518,07	66.308,34	77.205,00	38.724,90	99.845,73	101.932,86	813.661,64	917.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	39.040,50	16.977,50	6.347,50	30.454,39	7.382,50	5.845,00	6.679,00	4.400,00	5.410,00	4.967,50	7.075,00	6.107,50	140.287,29	168.000,00
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2.007.338,12	1.687.784,56	1.647.538,12	1.418.006,64	1.713.825,64	1.390.923,13	1.573.378,97	1.513.262,52	1.560.621,00	1.882.403,00	2.258.000,00	2.021.790,30	22.253.000,00	25.000.000,00
Causa Fidei e FPM	586.750,98	734.527,38	446.165,60	530.393,08	703.297,44	564.234,48	646.125,36	523.965,29	420.039,67	517.167,42	943.564,69	1.475.020,69	8.099.334,08	8.200.000,00
Causa Fidei de RMB	494.643,42	362.129,23	61.377,09	447.939,00	532.909,44	418.549,06	477.993,11	544.397,15	428.300,30	469.899,06	519.273,98	417.676,22	5.760.502,27	6.200.000,00
Causa Fidei de IPVA	433.596,79	207.976,62	130.665,10	43.802,18	31.086,50	41.497,48	21.289,11	28.755,51	48.200,12	39.511,85	36.961,72	1.001.783,67	1.100.000,00	
Causa Fidei de ITR	4.093,32	2.622,06	802,84	376,76	414,95	356,00	802,84	97,35	8.597,69	77.185,58	6.611,97	7.818,54	109.616,69	20.000,00
Taxas de LC 87/1996	2.386,48	2.386,48	2.386,48	2.386,48	2.386,48	2.386,48	2.386,48	2.386,48	2.386,48	2.386,48	2.386,48	2.386,48	23.637,76	35.000,00
Transf. da LC 87/1996	4.119,49	3.185,93	3.239,12	3.072,65	3.828,77	2.295,99	2.868,80	3.180,32	3.458,44	3.844,58	122.892,99	162.800,91	60.000,00	
Transferências da FUNDEC	266.483,90	172.225,65	251.077,63	171.112,03	209.995,88	161.291,52	174.945,69	190.839,04	176.198,80	202.906,68	218.409,51	233.426,73	3.000.000,00	
Outras Transferências Correntes	212.857,91	202.451,81	201.024,80	219.891,08	227.702,20	199.641,72	247.703,81	219.255,22	290.185,84	344.302,62	252.975,78	265.659,99	3.923.000,00	
Outras Receitas Correntes	33.935,82	13.899,50	4.275,52	27.206,51	9.247,75	20.932,88	1.461.949,18	-504.701,05	-7.034,81	14.644,49	-152.913,30	6.904,60	943.453,71	192.000,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes (-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS (IV)	314.841,40	178.198,97	309.259,47	187.948,65	472.671,81	218.267,61	230.127,69	214.117,48	231.358,93	229.023,65	272.561,26	318.581,26	1.585.000,00	
Contribuição de Alvenaria para o Plano de Previdência	48.357,50	3.973,12	57.582,13	2.954,81	261.791,56	56.001,70	54.207,01	54.602,47	55.153,13	56.463,77	44.511,75	782.506,77	582.000,00	
Compensação Financeira entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	13.881,81	974,39	974,39	974,39	974,39	974,39	974,39	0,00	0,00	8.753,78	3.000,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEC	266.483,90	172.225,65	251.077,63	171.112,03	209.995,88	161.291,52	174.945,69	190.839,04	158.540,42	176.198,80	202.906,68	218.409,51	2.334.266,73	3.000.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (V)	2.192.255,19	1.685.351,81	1.587.936,02	1.852.632,64	1.830.266,48	1.527.614,47	2.991.803,66	961.714,93	1.290.631,61	1.552.307,27	1.731.651,54	2.259.836,08	23.756.000,00	25.756.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2016/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2016	Jan a Dez 2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.239.000,00	1.239.000,00	1.541.881,73	1.338.219,65
RECEITAS CORRENTES	1.239.000,00	1.239.000,00	1.541.881,73	1.338.219,65
Contribuição de Contribuintes Segurados	582.000,00	582.000,00	762.566,77	606.283,61
Pessoal Civil	581.000,00	581.000,00	762.566,77	606.283,61
Ativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Patrimoniais	652.000,00	652.000,00	568.553,40	731.936,04
Recursos Imobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Valores Mobiliários	652.000,00	652.000,00	568.553,40	731.936,04
Recursos de Valores Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Serviços	5.000,00	5.000,00	18.767,56	0,00
Outras Receitas Correntes	3.000,00	3.000,00	18.753,76	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	2.000,00	2.000,00	13,80	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.261.000,00	1.261.000,00	1.213.922,99	1.200.640,33
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	2.500.000,00	2.500.000,00	2.755.804,72	2.538.859,98

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2016/BIMESTRE Novembro - Dezembro

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Dez 2016	Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2016	Jan a Dez 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	2.349.000,00	2.539.000,00	2.527.753,16	2.045.221,37	2.527.753,16	2.045.221,37	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	190.000,00	113.000,00	128.315,88	115.256,66	128.315,88	115.256,66	0,00	0,00
Despesas Correntes	193.000,00	133.000,00	128.315,88	113.491,66	128.315,88	113.491,66	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	1.865,00	0,00	1.865,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	2.159.000,00	2.406.000,00	2.399.437,28	1.929.864,71	2.399.437,28	1.929.864,71	0,00	0,00
Pessoal Civil	2.151.000,00	2.406.000,00	2.399.437,28	1.929.864,71	2.399.437,28	1.929.864,71	0,00	0,00
Aposentados	1.500.000,00	1.793.800,00	1.790.281,14	1.385.302,91	1.790.281,14	1.385.302,91	0,00	0,00
Pensionistas	500.000,00	600.000,00	507.088,38	436.317,46	507.088,38	436.317,46	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	1.500.000,00	1.793.800,00	1.790.281,14	1.385.302,91	1.790.281,14	1.385.302,91	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGAO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2016/BIMESTRE Novembro - Dezembro

PODER / ORGAO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a-b)	
	Inscritos					Inscritos						
	Em 31 de Dezembro 2015	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Em 31 de Dezembro 2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	1.078.884,17	1.066.014,69	-30,85	12.838,63	575.207,00	1.731.497,87	1.572.288,81	1.569.373,22	0,00	737.331,65	750.170,28
02 PREFEITURA MUNICIPAL (exceto Intra-Orçam) (II)	0,00	1.078.884,17	1.066.014,69	-30,85	12.838,63	575.207,00	1.731.497,87	1.572.288,81	1.569.373,22	0,00	737.331,65	750.170,28
0201 CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	36.661,45	36.661,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202 ADMINISTRAÇÃO	0,00	74.301,26	74.301,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0203 FINANÇAS	0,00	13.581,95	13.581,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0204 AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	0,00	40.842,18	40.842,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0205 EDUCAÇÃO	0,00	284.973,22	284.973,22	0,00	0,00	504.266,49	425.721,61	408.216,37	408.216,37	0,00	521.710,73	521.710,73
0206 CULTURA	0,00	1.097,10	1.097,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0207 EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	0,00	15.473,36	15.473,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0208 SAÚDE	0,00	199.010,71	186.141,23	-30,85	12.838,63	71.001,51	0,00	71.001,51	71.001,51	0,00	0,00	12.838,63
0209 SERVIÇOS URBANOS	0,00	256.309,75	256.309,75	0,00	0,00	220.956,23	108.137,23	108.137,23	0,00	112.819,00	112.819,00	0,00
0212 ASSISTÊNCIA	0,00	36.699,45	36.699,45	0,00	0,00	239.318,44	129.433,11	129.433,11	0,00	99.806,33	99.806,33	0,00
0213 SERVIÇO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODOAGEM	0,00	119.973,24	119.973,24	0,00	0,00	55.989,59	55.989,59	53.060,00	0,00	2.915,59	2.915,59	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	50.834,21	50.834,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 PREFEITURA MUNICIPAL (Intra-Orçam) (III)	0,00	50.834,21	50.834,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	0,00	1.129.718,38	1.116.848,90	-30,85	12.838,63	575.207,00	1.731.497,87	1.572.288,81	1.569.373,22	0,00	737.331,65	750.170,28

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2016/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (I)	1.000,00			0,00	1.000,00	
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)	SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d-e-f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.714.230,11	3.714.230,11	2.493.428,61	1.218.936,88	1.274.491,73	1.220.801,50
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.714.230,11	3.714.230,11	2.493.428,61	1.218.936,88	1.274.491,73	1.220.801,50
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.713.230,11	-3.713.230,11	-2.493.428,61	-1.218.936,88	-	-1.219.801,50

Notas:

1 - Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III-

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

MARINÓPOLIS

A festa de 80 anos da dona Venina

No dia 29 de janeiro – domingo, a família da dona Venina reuniu amigos e familiares de 4 gerações para comemoração de seus 80 anos.

Venina Alves de Jesus Fernandes mudou-se para Maripólis aos 30 anos; portanto há 50 vivendo em Maripólis. Ainda jovem, mas já senhora com 3 filhos: Zé Fernandes, João Carlos e Nena, veio de Santa Fé do Sul, com seu saudoso marido Nelson Fernandes para morar no Córrego das Três Barras. Ali teve mais 4 filhos: Gilberto, Carlos, Néia

e Neuza. Passou por muitas dificuldades, dentre elas as piores foram no ano de 1986; pois naquele ano perdeu o marido em 29 de maio e o filho Gilberto em 24 de dezembro.

Contou sempre com muito apoio de amigos da comunidade para superar as dificuldades.

Hoje comemora 8 décadas com muita serenidade e com a certeza do dever cumprido.

Na festa recebeu o carinho das irmãs Alzenir, Maria, Benedita e do irmão Donizete. A

irmã Nair, falecida no ano passado, foi representada pelos e filhos. Também estiveram presentes na festa seu cunhado Ataíde, seus netos e diversos sobrinhos, sobrinhos-netos e sobrinhos-bisnetos.

A filha Neia, o genro Chirão e o sobrinho Hamilton pegaram uma carona na festa e comemoraram 45 anos. Família unida, festa compartilhada.

A festança foi na Chácara Morada do Sol, propriedade da família desde os anos 70 e hoje pertence ao seu filho Zé Fernandes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2016/BIMESTRE Novembro - Dezembro

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		Até o Bimestre	
RECEITAS		-	
Previsão Inicial da Receita		25.550.000,00	
Previsão Atualizada da Receita		25.550.000,00	
Receitas Realizadas		24.697.668,09	
Deficit Orçamentário		170.805,55	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS		Até o Bimestre	
DESPESAS		25.550.000,00	
Dotação Inicial		3.240.632,72	
Créditos Adicionais		28.790.632,72	
Dotação Atualizada		24.868.473,64	
Despesas Empenhadas		23.555.501,91	
Despesas Liquidadas		22.284.361,91	
Despesas Pagas		1.142.166,18	
Superavit Orçamentário			
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		24.868.473,64	
Despesas Liquidadas		23.555.501,91	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		21.752.243,99	
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social		-	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III)=(I-II)		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		2.555.804,72	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		2.527.753,16	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		28.051,56	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)			
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO			
Resultado Nominal	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2016/BIMESTRE Novembro - Dezembro

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR					
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Minimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
Minimo Anual de 60% do FUNDEB, Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado		
Receita de Operação de Crédito		0,00	0,00		
Despesa de Capital Líquida		0,00	0,00		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas / RCL(%)		0,00			

O bandido bom e as selfies com Eike Batista

Daniel Kessler de Oliveira

Recebo do amigo e brilhante professor Cássio Benvenuti uma reportagem que mostra brasileiros tirando selfies com Eike Batista no aeroporto de Nova York.

Bom, creio que todos sabem, pelo tanto que fora divulgado que o empresário brasileiro teve sua prisão preventiva decretada e embarca para o Brasil com rumo certo para um estabelecimento prisional.

Mas e por que razão brasileiros tietam um indivíduo com uma prisão preventiva decretada e que está se entregando para a polícia?

A mesma reportagem destaca provocações, xingamentos por parte de outras pessoas, mas revela, também, muitos que elogiavam o empreendedorismo do milionário brasileiro.

Pois bem, não adentrarei aqui na seara das acusações que pesam sobre ele, tampouco da decisão que decretou a sua preventiva, por não ser este o foco que pretendo trabalhar.

O que quero refletir, para tentar alcançar alguma possibilidade de compreensão, é o porquê da existência de um filtro de seletividade na definição do bandido para grande parcela de nossa sociedade.

Por que uma sociedade repleta de cidadãos de bem, que encham a boca e estufam o peito para bradar frases como: bandido bom é bandido morto ou a clássica: direitos humanos para humanos direitos, chegando a mais nova e vergonhosa: menos corrupção e mais chacina não sentem a mesma ojeriza quando se trata de um bandido do naipe de Eike Batista? Simples. Vivemos em uma sociedade doente, por diversos fatores, mas uma sociedade extremamente dependente e escrava do capital, onde o dinheiro tudo compra, inclusive o respeito. O mesmo cidadão capaz de



enaltecer as virtudes de Eike Batista e cumprimentá-lo pelos seus feitos é capaz de vibrar com o linchamento público de um jovem que tenha sido pego furtando algum objeto ou com os números de mortos nas chacinas em prisões.

Não se trata de defender nenhuma das condutas, as pessoas que cometeram crimes devem sofrer o devido processo e receber a justa punição, independente de quem sejam.

Mas é comum vermos como o ódio ao bandido na maioria das vezes se projeta como mais uma das faces do ódio aos pobres, aos menos favorecidos.

Os ditos cidadãos de bem não se projetam no jovem da favela, mas deliram na possibilidade de se projetar em um indivíduo como Eike Batista.

Um indivíduo como Eike é o que eles querem ser, é o que sonham em representar, pelo que ele fez? Não, mas pelo que ele tem (ou teve).

Uma sociedade em que trata bem as pessoas pelo que elas têm, sendo irrelevante se o caminho percorrido fora lícito ou ilícito.

Quantas vezes ao questionarmos o ganho de alguém, não somos taxados de invejosos ou ao duvidar do ganho lícito de alguma pessoa não somos surpreendidos com frases do tipo: Mas ele tá rico e tu?

Isto são faces de mais uma dentre tantas doenças sociais que as redes sociais não criam, mas escancaram, os

fins justificam os meios e tudo é válido nesta corrida insana em busca do dinheiro e do poder.

Obviamente que aqui não tem nenhum discurso hipócrita de ódio ao dinheiro, todos queremos conquistas em nossas profissões e não é feio almejar uma boa ou ótima condição financeira, mas como nos ensinou Frejat: é preciso dizer, ao menos uma vez, quem é mesmo o dono de quem.

Ou seja, nesta sociedade submissa ao dinheiro, o bandido pobre merece a morte, o ódio, a prisão apodrecida, enquanto o bandido rico, no fundo recebe minha inveja, minha ira por não ter sido eu a viver aqueles momentos e obter aqueles ganhos.

Um vizinho traficante, corrupto, sonegador, que me convidar para passear no seu iate e me proporcionar alguns momentos de pura felicidade ganhará o meu respeito e tudo o que ele tenha feito de errado será secundário e aqueles que tentarem me alertar, serão recalçados que não tiveram os méritos deles.

E, infelizmente, assim segue a vida em terrae brasilis, com argumentos e jargões carregados de doses cavalares de hipocrisia e contradição entre eles próprios.

Esta reflexão não tenta bradar a pena de morte ao Eike Batista, como não a defende em nenhuma outra hipótese, também não acho que ele deve ser recolhido ao presídio nas

condições dos nossos estabelecimentos e sofrer com uma chacina, apenas não entendo o seu trato como herói, justamente pelas pessoas que tanto querem matar os bandidos.

Esta reflexão serve mais uma vez para que não nos deixemos cair na sedução do discurso pronto e falacioso do cidadão de bem. Primeiro, quem define quem é o cidadão de bem? O bandido bom é o bandido morto, mas quantos cidadãos de bem também não são bandidos. Ah, mas o meu crime é diferente, dirão eles. Sim, sempre é diferente, sempre há uma justificativa.

O problema, que precisamos enxergar, é que tudo não passa de uma forma de punir e de esconder através de uma política encarceradora: o pobre.

Uma leitura atenta do Código Penal e das leis dos crimes tributários nos permite ver qual o bem jurídico que recebe maior tutela, porque um furto recebe um tratamento mais severo do que uma enorme sonegação, dentre tantas outras passagens que evidenciam isto.

O Direito Penal foi feito para punir o pobre e esta grande parcela da sociedade ou não enxerga isso ou, pior, enxerga e concorda, mas por falta de coragem de defender em voz alta, finge que não vê.

E, assim seguimos, bradando o horror à criminalidade e tirando selfies com acusados de crimes, enaltecendo a seletividade social de nosso ódio.

Fonte: Canal Ciências Criminais

Em 10 anos, o número de novos casos de Hanseníase cai 34%

Deteção precoce, busca ativa e acompanhamento adequado contribuíram para o avanço ao enfretamento da doença no país

No Dia Mundial de Luta contra Hanseníase, celebrado em 31 de janeiro, novos dados divulgados pelo Ministério da Saúde apontam redução de 34,1% no número de casos novos diagnosticados no Brasil, passando de 43.652, em 2006, para 28.761 no ano de 2015. Essa redução está associada à queda de 39,7% da taxa de detecção geral do país, que passou de 23,37 por 100 mil habitantes, em 2006, para 14,07/100 mil habitantes em 2015. A redução é resultado das ações implantadas no país para o enfrentamento da doença, com foco na busca ativa de casos novos para o diagnóstico na fase inicial; tratamento oportuno e cura, bem como a prevenção de incapacidades e deformidades físicas, principal causa do estigma e preconceito associados à doença.

Em menores de 15 anos, o número de casos novos da doença diagnosticados em 2015 foi de 2.113, sinalizando, assim, focos de infecção ativos e transmissão recente. Contudo, a taxa de detecção geral nessa parcela da população apresentou uma redução acumulada de 28,2% na última década, passando de 6,22 por 100 mil habitantes em 2006, para 4,46 por 100 mil habitantes em 2015.

O número de pacientes em tratamento no país também caiu, passou de 26,3 mil pacientes em 2006 para 20,7 mil em 2015,

demonstrando uma queda de 21,3%. "A busca ativa de casos e exame dos contatos proporciona a redução na cadeia de transmissão. Identificando precocemente o doente, é possível iniciar o tratamento, diminuir a contaminação de pessoas saudáveis e avançar no processo de eliminação da doença, que é um problema de saúde pública no Brasil", explica a Coordenadora-Geral de Hanseníase e doenças em eliminação, Carmelita Ribeiro Filha.

BUSCA ATIVA EM CRIANÇAS – O Ministério tem intensificado a busca ativa de casos em crianças, a fim de diagnosticar e iniciar o tratamento contra a doença o mais cedo possível, reduzindo a transmissão e as incapacidades decorrentes do diagnóstico tardio.

Para isso, deste 2013, realiza, nas escolas a Campanha Nacional de Hanseníase, Geo-helmintíases e Tracoma, para identificar casos suspeitos de hanseníase, tratamento coletivo para geo-helmintíases e detecção e tratamento de casos de tracoma nos escolares e seus contatos domiciliares. A quarta edição da Campanha iniciou em agosto de 2016 e será realizada até o dia 17 de abril deste ano.

Na terceira edição, realizada em 2015, participaram 2.292 municípios, totalizando um aumento de 269% em relação ao primeiro ano da Campanha (852

mun/2013). Nas três primeiras edições da Campanha, cerca de 16 milhões de escolares receberam a ficha de autoimagem. Destes, 1,3 milhões foram examinados para hanseníase e 917 tiveram diagnóstico confirmado, além de 121 casos novos entre os contatos. A quarta edição da Campanha, iniciada em agosto de 2016, será realizada até 17 de abril deste ano. Até o momento, 431.436 escolares foram examinados para hanseníase e 58 casos novos diagnosticados.

DIA MUNDIAL DE LUTA – O Ministério da Saúde tem promovido, em parcerias com estados e municípios, ações de educação em saúde para alertar a população sobre os sinais e sintomas da doença, incentivando a procura pelos serviços de saúde.

Também há uma mobilização de profissionais de saúde à busca ativa de casos novos de hanseníase com foco para o diagnóstico precoce da doença, exame dos contatos e a prevenção das incapacidades e deformidades físicas.

Ainda para marcar a data de luta contra a doença, o edifício sede do Ministério da Saúde receberá projeção de luz na cor roxa, entre os dias 31 de janeiro há 28 de fevereiro.

DETECÇÃO E TRATAMENTO – A Hanseníase é uma doença crônica, transmissível, de notificação e investigação compulsória, causada pela bactéria Mycobacte-

rium leprae, capaz de infectar grande número de pessoas.

A transmissão se dá de uma pessoa doente sem tratamento para outra, após um contato próximo e prolongado, especialmente os de convivência domiciliar. A doença, que atinge pele e nervos tem cura. Se não diagnosticada e tratada precocemente, pode causar incapacidades e deformidades físicas.

Por isso, a recomendação do Ministério da Saúde é que as pessoas procurem o serviço de saúde ao aparecimento de manchas em qualquer parte do corpo, principalmente se essa mancha apresentar alteração de sensibilidade ao calor e ao toque, configurando como um dos sinais e sintomas sugestivos da doença.

O tratamento ofertado pelo SUS nas unidades públicas de saúde de todo o país é feito por via oral, com a Poliquimioterapia (PQT), uma associação de três antibióticos. O esquema de tratamento depende da classificação da doença: Paucibacilar (PB) com seis doses em até nove meses, ou Multibacilar (MB), com 12 doses em até 18 meses. Além do exame dermatológico, os pacientes deverão ser submetidos a uma avaliação neurológica simplificada, orientados quanto aos cuidados com olhos, mãos e pés para prevenção de incapacidades.

Ana Cláudia e Nivaldo Coelho - Agência Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
PALMEIRA D'OESTE - SP
Av. Prof. Hélio Ponce, 47-55 Centro
Fone/Fax (17) 3651-1109 / (17) 3651-1545
CEP 15720-000

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ATIVIDADES DA SAÚDE DE PALMEIRA D'OESTE, ESTADO DE SÃO PAULO REFERENTE AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2016.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de Janeiro (01) do ano de dois mil e dezessete (2017), nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Palmeira d'Oeste-SP, situada à Avenida Prefeito Hélio Ponce, número quarenta e sete, trinta e cinco (47-35), às quinze horas, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde e população desta cidade com o objetivo de realizar a Audiência Pública para apreciação dos relatórios financeiros e operacionais da Saúde referentes ao terceiro trimestre do ano de dois mil e dezessete, que corresponde o período de primeiro de setembro a trinta e um de dezembro de dois mil e dezessete, e também tratar de assuntos pertinentes à saúde.

A Secretária Municipal de Saúde Elaine Cristina Archanjo Sestari não compareceu a esta audiência por motivo licença prêmio, porém quem iniciou a reunião agradecendo a presença de todos foi a senhora Izildinha Aparecida Quêrico, informando que ao iniciar o ano de 2017 foi convidada pelo prefeito municipal para exercer o cargo de secretária municipal da saúde, iniciando os trabalhos a partir de janeiro de 2017. A secretária Izildinha comunicou que as duas emendas parlamentares já apresentadas neste conselho anteriormente foram aprovadas e já está em andamento a ampliação do Centro de Saúde III da emenda parlamentar no valor de R\$249.990,00 e também está em andamento o projeto de construção da unidade de saúde do distrito de Dalas referente à emenda no valor de R\$408.000,00. O governo federal já depositou 20% do valor de cada emenda.

Em seguida a palavra foi passada para a presidente do conselho municipal de saúde Eliane Souza Oliveira Padovez que também agradeceu a todos os presentes, comunicando sobre a nova adesão ao trabalho no combate ao mosquito aedes aegypti com o lema: "Todos Juntos Contra o Aedes Aegypti", com duração nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 2017, sendo dois sábados por mês. Ressaltou sobre a resolutividade satisfatória desse programa, comparando as semanas epidemiológicas dos anos 2015, 2016 e 2017, pode observar uma diminuição significativa de notificações de suspeita de dengue conforme o boletim epidemiológico. Outro ponto positivo foi a contratação de mais dois funcionários para o trabalho do controle de vetores no mês de janeiro de 2016, ficando assim a equipe de agentes completa. O próximo assunto que a presidente e também enfermeira Eliane informou, foi sobre a inclusão de duas novas vacinas no calendário, sendo essas, HPV para meninos de 12 a 13 anos e Meningocócica C para meninas de 12 a 13 anos e também a intensificação da vacina Febre amarela devido casos novos de macacos contaminados com o vírus da febre amarela, explicando que ao avaliar o custo de vacina, deve-se observar duas doses administradas, não havendo necessidade de reforço, caso contrário encaminhar a sala de vacina para a realização da segunda dose. Em seguida foi aberta a Audiência Pública da Saúde, como de costume o demonstrativo foi apresentado aos participantes desta Audiência Pública para que os mesmos pudessem observar os gastos e as aplicações do período entre primeiro de setembro a trinta e um de dezembro de dois mil e dezessete. Conforme os documentos fornecidos foram apresentados os Relatórios de Prestação de Contas de Receitas e Despesas, demonstrando os seguintes valores: Arrecadação no período: R\$ 17.440.042,73; Despesa Empenhada: R\$ 4.551.795,18 (26,10%); Despesa Liquidada: R\$ 4.503.511,44 (25,82%) e Despesa: Paga: R\$ 4.302.720,31 que correspondem ao percentual de 24,67% da arrecadação do município em investimento em saúde. Após a explanação, esclareceu que os documentos dos quais foram extraídos os dados para a apresentação desta prestação de contas, encontram-se arquivados no setor de contabilidade da prefeitura municipal a disposição de todos, para esclarecimentos de quaisquer dúvidas que possam ocorrer. Depois de discutida a Audiência Pública da Saúde referente ao período citado, sanado todas as dúvidas e, não havendo mais nada a relatar e ninguém a se manifestar a presidente do Conselho Municipal de Saúde lavrei a presente ata que vai por encerrada esta reunião às dezessete horas e cinquenta minutos, solicitando ao Conselho Municipal de Saúde o seu parecer e, eu Eliane Malheiro Martins Ferreira RG nº 33.577.535-4, Secretária deste Conselho Municipal de Saúde lavrei a presente ata que vai lida e assinada por mim e pelos demais Conselheiros presentes.

Palmeira d'Oeste, 25 de Janeiro de 2017.

Secretária: *Elaine Cristina Archanjo Sestari*
Presidente: *Eliane Souza Oliveira Padovez*
Vice-Presidente: *Izildinha Aparecida Quêrico*
Conselheiros:
Ronaldinho
Elaine Cristina Marquilli de Souza
Eliane Malheiro Martins Ferreira
Ronaldinho
Ana Soares de Souza Sutil
Adriana Cristina Bonfim Cestari
Gabriela de Paulo Bertini
Maria Aparecida Nogueira
Lurdes Benício de Souza
Sirlei Kawamura
Elvira Emilia Mastelari dos Santos

PARÊCER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Após reunião realizada no vigésimo quinto dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete, conforme Ata elaborada que tratou da Audiência Pública para expor a prestação de contas referente ao terceiro trimestre do ano de dois mil e dezessete e assuntos pertinentes à saúde.

Emitimos Parecer Favorável as ações sobre fiscalização e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Gestão da Saúde do município, conforme tudo o que foi aprovado e assentado em Ata.

É o nosso parecer:
Conselho Municipal de Saúde
Palmeira d'Oeste - SP, 25 de Janeiro 2017.

Presidente: *Eliane Souza Oliveira Padovez*
Vice-Presidente: *Izildinha Aparecida Quêrico*
Membros: *Elaine Cristina Marquilli de Souza*
Eliane Malheiro Martins Ferreira
Ronaldinho
Ana Soares de Souza Sutil
Adriana Cristina Bonfim Cestari
Gabriela de Paulo Bertini
Maria Aparecida Nogueira
Lurdes Benício de Souza
Sirlei Kawamura
Elvira Emilia Mastelari dos Santos